

ANEXO I - PROJETO BÁSICO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº DL-012/2025-CGIRSVJ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00001.20251006/0001-62

1. DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSULTORIA AMBIENTAL PARA PLANEJAR, MINISTRAR E CERTIFICAR CURSOS DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA E FORMATIVA VOLTADOS À GESTÃO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE E PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR, PARA ATENDER À FORMAÇÃO DE PROFESSORES, GESTORES PÚBLICOS, TÉCNICOS MUNICIPAIS E DEMAIS ATORES SOCIAIS DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - VALE DO JAGUARIBE-CGIRS-VJ

1.2. A contratação será dívida em Item(s), conforme tabela constante abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND
1	CURSOS DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA E FORMATIVA VOLTADOS À GESTÃO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE E PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR	1.0	Serviço
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSULTORIA AMBIENTAL PARA PLANEJAR, MINISTRAR E CERTIFICAR 05 (CINCO) CURSOS DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA E FORMATIVA VOLTADOS À GESTÃO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE E PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR, SENDO ELES: 01 - Curso em Gestão Pública e Apoio a Catadores, Cooperativas e Associações 02 - Curso em Estudo Gravimétrico dos Resíduos Sólidos Urbanos 03 - Curso em Coleta Seletiva e Responsabilidade Socioambiental 04 - Curso em Meio Ambiente e Saúde Pública 05 - Curso em Psicologia Ambiental e Promoção do Bem-Estar			

2. DA PESQUISA DE PREÇO

2.1. O Setor de Compras realizou ampla pesquisa de mercado levando-se em consideração todos os detalhes que envolvem o objeto a ser adquirido, e anexa-se ao processo os valores apurados compilados em relatório, que visa subsidiar o Valor de Referência no montante de R\$ R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), que norteará as decisões do Agente de Contratação designado para a realização da Dispensa Eletrônica de Licitação, quanto à aceitabilidade das propostas.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. O Consórcio de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Vale do Jaguaribe - CGIRS-VJ, integrado pelos municípios cearenses de Alto Santo, Ererê, Iracema, Itaíçaba, Jagaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Potiretama, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte, tem como missão fortalecer a sustentabilidade regional por meio da gestão consorciada de resíduos sólidos e da promoção de políticas públicas ambientais e educativas.

Com base nas diretrizes do **Plano Regional de Educação Ambiental e Comunicação com Ênfase na Gestão de Resíduos Sólidos (2024)** e do **Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos**, este Termo de Referência estabelece as condições técnicas para a **contratação de consultoria ambiental especializada destinada à realização de cinco cursos temáticos de capacitação ambiental**, voltados à formação de professores, gestores públicos, técnicos municipais e demais atores sociais dos municípios consorciados.





A qualificação de profissionais que atuam nas áreas de meio ambiente, educação, saúde pública e gestão municipal é condição indispensável para o fortalecimento da governança ambiental e o cumprimento das políticas públicas de sustentabilidade. Os cursos propostos têm o propósito de:

- Ampliar a capacidade técnica dos municípios consorciados;
- Promover a educação ambiental crítica e participativa;
- Estimular a inclusão social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis;
- Integrar saúde, meio ambiente e qualidade de vida nas práticas institucionais;
- Conectar teoria e prática por meio de experiências presenciais e digitais.

A realização dos cursos em **modalidade on-line** ampliará o alcance e a participação dos municípios, enquanto o curso **presencial** possibilitará a vivência prática e o fortalecimento das redes locais de cooperação ambiental.

3.1. DAS NECESSIDADES DA CONTRATAÇÃO

3.1.1. A contratação de empresa especializada em consultoria ambiental justifica-se pela necessidade de planejar, ministrar e certificar cursos de capacitação técnica e formativa voltados à gestão ambiental, sustentabilidade e promoção do bem-estar, com o objetivo de fortalecer as competências de professores, gestores públicos, técnicos ambientais, agentes de saúde, catadores, lideranças comunitárias, representantes de entidades civis e demais profissionais vinculados às áreas de meio ambiente, saneamento, educação e saúde dos municípios consorciados ao Consórcio de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Vale do Jaguaribe (CGIRS-VJ). A formação proposta visa atender às demandas locais e regionais por qualificação na área ambiental, especialmente no contexto da implementação de políticas públicas de gestão de resíduos sólidos, educação ambiental e responsabilidade socioambiental, bem como promover o desenvolvimento sustentável e o bem-estar coletivo.

3.1.2. A execução dos cursos requer expertise técnica, metodológica e pedagógica específica, abrangendo tanto o domínio dos conteúdos ambientais quanto a capacidade de elaboração e condução de programas de formação híbridos (presenciais e on-line). Assim, faz-se necessária a contratação de uma empresa com experiência comprovada na área de consultoria ambiental e capacitação profissional, capaz de oferecer metodologias participativas, materiais didáticos de qualidade, certificação reconhecida e suporte técnico adequado.

Os cinco cursos contemplam temáticas estratégicas para a gestão ambiental integrada e o fortalecimento das políticas públicas municipais:

1. Gestão Pública e Apoio a Catadores, Cooperativas e Associações – Modalidade presencial
2. Estudo Gravimétrico dos Resíduos Sólidos Urbanos – Modalidade on-line
3. Coleta Seletiva e Responsabilidade Socioambiental – Modalidade on-line
4. Meio Ambiente e Saúde Pública – Modalidade on-line
5. Psicologia Ambiental e Promoção do Bem-Estar – Modalidade on-line

3.1.3. Essas capacitações contribuirão para o aperfeiçoamento técnico e formativo dos profissionais envolvidos, fomentando práticas de planejamento, gestão participativa, inclusão social, educação ambiental e promoção da saúde, em consonância com os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), Plano Regional de Educação Ambiental e Comunicação com Ênfase na Gestão de Resíduos Sólidos (2024) e do Plano Regional de Gestão Integrada de





Resíduos Sólidos e com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda 2030.

Dessa forma, a contratação é essencial para assegurar a qualidade técnica e pedagógica das capacitações, garantindo resultados efetivos na formação dos participantes e fortalecendo a capacidade institucional dos municípios consorciados no enfrentamento dos desafios socioambientais regionais.

3.2.. Dos objetivos

3.2.1. A contratação de empresa especializada em consultoria ambiental para planejar, ministrar e certificar cinco cursos de capacitação técnica e formativa voltados à gestão ambiental, sustentabilidade e promoção do bem-estar, em formato presencial e on-line, para atender à formação de professores, gestores públicos, técnicos municipais e demais atores sociais dos municípios integrantes do Consórcio de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - Vale do Jaguaribe (CGIRS-VJ), tem como objetivo o fortalecimento da formação técnica e socioambiental dos profissionais e gestores dos municípios consorciados, promovendo a sustentabilidade, a cidadania e a inclusão socioambiental por meio da realização de cinco cursos de capacitação. Por meio da realização dos cursos, busca-se:

- Capacitar servidores e gestores públicos em políticas de resíduos sólidos, com ênfase na gestão integrada e participativa e na inclusão socioeconômica dos catadores e suas organizações;
- Formar educadores ambientais e comunitários, fortalecendo suas competências na prática da coleta seletiva, na educação ambiental transformadora e no ensino para a sustentabilidade;
- Promover a compreensão da inter-relação entre meio ambiente e saúde pública, destacando os reflexos das ações ambientais na qualidade de vida e no bem-estar das comunidades;
- Estimular comportamentos pró-ambientais e saudáveis nos espaços escolares, institucionais e comunitários, fomentando a responsabilidade socioambiental e a cultura da sustentabilidade;
- Desenvolver competências técnicas e analíticas aplicáveis à gestão municipal, ao planejamento ambiental integrado e à elaboração de diagnósticos, incluindo o uso de ferramentas e metodologias específicas de gestão.

Dessa forma, a contratação objetiva consolidar uma rede regional de formação técnica e socioambiental, contribuindo para a integração entre os municípios consorciados, o fortalecimento da governança ambiental e a efetividade das políticas públicas de resíduos sólidos e sustentabilidade no território do CGIRS-VJ.

3.3. Da descrição dos serviços a serem desenvolvidos

3.3.1. A empresa contratada será responsável por planejar, ministrar e certificar os cinco cursos de capacitação técnica e formativa, voltados à gestão ambiental, sustentabilidade e promoção do bem-estar, em formatos presencial e on-line, atendendo aos municípios consorciados do CGIRS-VJ.

Os serviços compreenderão o planejamento pedagógico, a elaboração de materiais didáticos, a execução das capacitações, a avaliação dos resultados e a emissão dos certificados, assegurando qualidade técnica, coerência metodológica e aplicabilidade prática.

As atividades incluirão:

- Planejamento e organização pedagógica dos cursos, com definição de conteúdos, metodologias, carga horária e cronograma;





- Desenvolvimento de materiais didáticos e multimídia, adequados às modalidades presencial e virtual;
- Realização dos cinco cursos (1 presencial e 4 on-line), com metodologias participativas e integração entre teoria e prática;
- Gestão da plataforma virtual, suporte técnico e controle de frequência dos participantes;
- Emissão de certificados digitais para os concluintes;
- Elaboração de relatórios parciais e final, contendo registros das atividades, quantitativos de participantes e análise dos resultados.
- O curso presencial será realizado em município a definir, e os cursos on-line ocorrerão por meio de plataforma digital interativa, permitindo ampla participação entre os 13 municípios consorciados.

3.4. Dos cursos: temáticas e formatos

Curso	Tema	Modalidade
1	Gestão Pública e Apoio a Catadores, Cooperativas e Associações	Presencial – em um dos municípios consorciados (a definir pelo CGIRS-VJ)
2	Estudo Gravimétrico dos Resíduos Sólidos Urbanos	On-line (Plataforma Virtual)
3	Coleta Seletiva e Responsabilidade Socioambiental	On-line (Plataforma Virtual)
4	Meio Ambiente e Saúde Pública	On-line (Plataforma Virtual)
5	Psicologia Ambiental e Promoção do Bem-Estar	On-line (Plataforma Virtual)

3.4.1. Público alvo

Professores, gestores públicos, técnicos ambientais, agentes de saúde, catadores, lideranças comunitárias, representantes de entidades civis e demais profissionais vinculados às áreas de meio ambiente, saneamento, educação e saúde dos municípios consorciados ao CGIRS-VJ.

3.4.2. Abrangência geográfica

Os cursos atenderão os 13 municípios cearenses consorciados: **Alto Santo, Ererê, Iracema, Itaíçaba, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Potiretama, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte**.

A modalidade **on-line** permitirá ampla participação simultânea entre os municípios, e o curso **presencial** ocorrerá em um município a ser definido posteriormente pelo CGIRS-VJ, considerando critérios de logística e acessibilidade regional.

3.4.3. Metodologia de execução

A metodologia adotada será participativa, interdisciplinar e problematizadora, com integração teórica e prática.

Cada curso terá carga horária de 8 (oito) horas, estruturada da seguinte forma:

- 2h - Fundamentação conceitual;
- 2h - Aspectos legais e institucionais;
- 4h - Atividade prática ou aplicada (estudo de caso, oficina ou plano de ação).





As aulas on-line serão transmitidas via plataforma digital interativa, com material de apoio e certificado digital para os participantes com frequência mínima exigida. O curso presencial contará com vivências práticas, estudos de campo e dinâmicas de grupo.

3.4.4. Equipe técnica mínima exigida

- **Coordenador Técnico:** Engenheiro(a) ou Gestor(a) Ambiental com experiência mínima de 5 anos em capacitação e políticas públicas ambientais;
- **Instrutores Especialistas:** Profissionais com formação nas áreas de educação ambiental, psicologia, saúde pública, saneamento e gestão de resíduos;
- **Apoio Técnico e Logístico:** Responsável pela operação da plataforma virtual, controle de frequência, apoio didático e relatórios.

3.4.5. Prazo de execução

O prazo total de execução será de **60 (sessenta) dias**, compreendendo o período de **novembro a dezembro de 2025**, conforme cronograma aprovado pelo CGIRS-VJ.

3.4.6. Supervisão e acompanhamento

A supervisão técnica ficará sob responsabilidade do **CGIRS-VJ**, por meio da equipe de Meio Ambiente e Educação Ambiental, que acompanhará as etapas de planejamento, execução e validação dos cursos.

A consultoria deverá apresentar relatórios parciais e final, além de disponibilizar os materiais pedagógicos e listas de presença digitalizadas.

3.4.7. Resultados esperados

- Cinco cursos realizados com participação de profissionais de todos os municípios consorciados;
 - Pelo menos **200 participantes capacitados**;
 - Ampliação da capacidade técnica regional em temas ambientais estratégicos;
 - Fortalecimento da governança ambiental e da integração entre municípios;
- Consolidação de rede intermunicipal de educadores e técnicos ambientais.

3.5. Produtos esperados

Produto	Descrição	Prazo
Produto 1	Plano de trabalho e cronograma detalhado dos cinco cursos, com proposta metodológica e conteúdos	10 dias após assinatura do contrato
Produto 2	Aplicação dos quatro cursos on-line e do curso presencial, com registros fotográficos, listas de presença e material didático	Conforme cronograma de execução
Produto 3	Relatório final de execução contendo dados consolidados de participação, avaliação dos cursos, resultados obtidos e recomendações	Ao término do período de execução





Por fim, a execução dos serviços deverá promover a formação técnica e socioambiental de professores, gestores públicos, técnicos ambientais e lideranças comunitárias, contribuindo para o fortalecimento da governança ambiental regional, a integração intermunicipal e a implementação de práticas sustentáveis no âmbito do CGIRS-VJ.

3.6. Fontes de recursos

Os custos decorrentes da execução deste Termo de Referência serão cobertos com recursos do CGIRS-VJ.

4. JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

4.1. O valor apresentado na pesquisa de mercado enquadra-se no disposto no Art. 75, inciso II, da Lei nº. 14.133/2021, referindo-se à dispensa de licitação para contratação do objeto demandado neste termo, com pequena relevância econômica, diante da onerosidade de uma licitação. O Art. 75, inciso II, da Lei nº. 14.133, de 1 de abril de 2021, dispõe que é DISPENSÁVEL a licitação. O art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 permite a contratação direta, por dispensa de licitação, para outros serviços e compras cujo valor seja inferior ao limite estabelecido em regulamento. Com a publicação do Decreto nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024, os valores da Nova Lei de Licitações foram atualizados, passando o limite do art. 75, inciso II, a ser de R\$ 62.725,59, (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

4.2. As aquisições e contratações públicas seguem, em regra, o princípio do dever de licitar, previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição. Porém, o comando constitucional já enuncia que a lei poderá estabelecer exceções à regra geral, com a expressão "ressalvados os casos especificados na legislação".

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo 37 inciso XXI da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio trazido para a Administração Pública, via aprovação e sanção de lei na esfera federal, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.





Portanto, a lei poderá criar hipóteses em que a contratação será feita de forma direta. O novo regulamento geral das licitações, a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, a exemplo da Lei nº 8.666/93, também prevê os casos em que se admite a contratação direta, podendo a licitação ser dispensável ou inexigível.

A nova Lei de Licitações, sancionada no dia 01 de Abril de 2021, trouxe inovações diversas, inclusive adequou os limites de dispensa de licitação em seu Art. 75, inciso II, que assim preconizou:

Da Dispensa de Licitação - Art. 75, inciso II

O art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 permite a contratação direta, por dispensa de licitação, para outros serviços e compras cujo valor seja inferior ao limite estabelecido em regulamento. Com a publicação do Decreto nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024, os valores da Nova Lei de Licitações foram atualizados, passando o limite do art. 75, inciso II, a ser de R\$ 62.725,59, (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

5.1. Prazo e execução:

5.1.1. O prazo de execução dos serviços é de 02 meses, contados do recebimento da Nota de Empenho, Contrato ou Instrumento equivalente.

5.1.2. Cumprida a obrigação, o objeto da licitação será recebido:

5.1.2.1. Mediante termo, os serviços serão recebidos PROVISORIAMENTE, pelo(s) servidor(es) responsável(eis) designado pelo(a) CONSELHO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS VALE DO JAGUARIBE - CGIRSVJ para acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstaciado, assinado pelas partes em até 10 (dez) dias úteis da prestação do serviço.

5.1.2.2. DEFINITIVAMENTE, mediante termo, em até 15 (QUINZE) dias úteis da emissão do Termo de Recebimento Provisório, pelo(s) servidor(es) responsável(eis) designado(s) pelo(a) CONSELHO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS VALE DO JAGUARIBE - CGIRSVJ, mediante termo circunstaciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

5.1.2.2.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser estendido de forma a garantir maior possibilidade ao contratante de verificação da adequação do serviço contratado.

5.1.2.2.2. O referido prazo pode ficar suspenso, ou mesmo ser prorrogado, em eventual discordância das condições de prestação e validação, de modo que a CONTRATADA faça os ajustes necessários de correção, ou apresente as justificativas pertinentes a avaliação realizada.

5.1.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o(s) serviço(s) executado(s) em desacordo com os termos do Projeto Básico.





5.1.4. Se no ato da entrega do(s) serviços a nota fiscal/fatura não for aceita pela Administração, devido a irregularidades em seu preenchimento, será procedida a sua devolução para as necessárias correções. Somente após a reapresentação do documento, devidamente corrigido, e observados outros procedimentos, se necessários, procederá a Administração ao recebimento provisório do(s) serviço(s).

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

- 6.1.1. Nomear Gestor e Fiscais do Contrato para acompanhar e fiscalizar sua execução;
 - 6.1.2. Encaminhar formalmente as demandas de serviços, de acordo com os critérios estabelecidos neste Projeto Básico;
 - 6.1.3. Receber o objeto prestado pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
 - 6.1.4. Supervisionar a execução do objeto do Contrato, exigindo presteza na execução e correção das falhas eventualmente detectadas;
 - 6.1.5. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
 - 6.1.6. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;
 - 6.1.7. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços;
 - 6.1.8. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;
 - 6.1.9. Disponibilizar para a equipe técnica da CONTRATADA os recursos necessários para cumprimento do objeto do Contrato;
 - 6.1.10. Assistir a equipe técnica da CONTRATADA na indicação dos locais de execução dos serviços, como forma de prevenir a ocorrência de danos de qualquer natureza;
 - 6.1.11. Registrar as ocorrências que estejam em desacordo com as condições estabelecidas neste Projeto Básico, solicitando a CONTRATADA a pronta regularização;
 - 6.1.12. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços;
 - 6.1.13. Proceder com a avaliação dos serviços e ateste das respectivas faturas decorrentes.
- 6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Projeto Básico, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Projeto Básico e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 7.1.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;





- 7.1.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 7.1.3. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas;
- 7.1.4. Tomar todas as providências necessárias à fiel execução dos serviços objeto do Contrato;
- 7.1.5. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;
- 7.1.6. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- 7.1.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no aviso de dispensa eletrônica de licitação;
- 7.1.8. Providenciar que seus contratados portem documento de identificação quando da execução do objeto à CONTRATANTE;
- 7.1.9. Promover a execução dos serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;
- 7.1.10. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo relatórios e documentação técnica à Administração;
- 7.1.11. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, julgados necessários à boa gestão do contrato;
- 7.1.12. Cumprir com os prazos, disposições e especificações estabelecidas neste Projeto Básico;
- 7.1.13. Repassar aos fiscais do Contrato, em tempo hábil, quaisquer justificativas de situações específicas que envolvam impedimento do cumprimento dos termos do Contrato, por razões alheias ao controle da CONTRATADA;
- 7.1.14. Comunicar a contratante quaisquer ocorrências que impeçam, mesmo que temporariamente, a execução dos serviços;
- 7.1.15. Manter identificados todos os materiais e equipamentos de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE;
- 7.1.16. Apresentar a CONTRATANTE, sempre que exigido pela equipe de fiscalização do contrato, relatórios e outros documentos inerentes à execução dos serviços;
- 7.1.17. Manter sigilo de todos os dados ou informações da CONTRATANTE obtidas em função da execução dos serviços;
- 7.1.18. Submeter seus empregados, durante o tempo de permanência nas dependências da CONTRATANTE, aos regulamentos de segurança e disciplina por este instituído, mantendo-os devidamente identificados;
- 7.1.19. Orientar-se pelo sigilo do teor de todos os documentos produzidos e abster-se de transferir responsabilidade a outrem;





- 7.1.20. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- 7.1.21. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto ou em conexão com ele, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE, inclusive por danos causados a terceiros;
- 7.1.22. Abster-se de remanejar ou desativar equipamentos ou recursos sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- 7.1.23. Fornecer à sua equipe técnica todos os materiais necessários para a prestação dos serviços;
- 7.1.24. Responder por quaisquer acidentes de que possam sofrer os seus empregados, quando em serviço nas dependências da CONTRATANTE;
- 7.1.25. Adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, quando couber, nos termos das legislações em vigor;
- 7.1.26. Abster-se de veicular publicidade acerca do contrato, salvo mediante prévia autorização da CONTRATANTE.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 10.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do(s) serviço(s) contratado(s), anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

- 10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o § 2º do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 10.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO





- 11.1. O pagamento dos serviços será efetuado em moeda corrente nacional, por meio de emissão de Ordem Bancária, para crédito em conta corrente da CONTRATADA em até 30 (trinta) dias após apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is) atestada(s) pela Administração, na forma e prazo estabelecido neste Projeto Básico.
- 11.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.
- 11.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 11.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 11.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao Cadastro de Fornecedores para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no aviso de dispensa eletrônica de licitação.
- 11.6. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 11.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 11.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 11.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao Cadastro de Fornecedores.
- 11.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 11.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;





N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \left(\frac{6}{100} \right)$$

365

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da dispensa eletrônica de licitação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica de licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a dispensa eletrônica de licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da dispensa eletrônica de licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

12.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2. Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso;

12.2.3. Multa de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na execução dos serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

12.2.4. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;





12.2.5. Multa de 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e
12.2.6. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pela inexecução total do contrato.

12.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas e os profissionais que:

12.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Forecededores.

13. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

13.1. A empresa CONTRATADA deverá garantir, no que couber, o descarte correto e seguro de todos os insumos/itens que forem removidos em manutenções, adotando práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto.

13.2. A CONTRATADA deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal de 1988 .

13.3. A empresa contratada deverá adotar medidas a orientar seus empregados para adotarem condutas e técnicas para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas e respeitadas as normas ambientais vigentes.

13.4. É dever da contratada, observar entre outras: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos serviços.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas correrão a conta de dotações específica do orçamento do(a) CONSELHO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS VALE DO JAGUARIBE - CGIRSVJ, na classificação econômica 0101.18.542.0001.2.001 - GESTÃO ADM DO CONSELHO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SOLIDOS - VALE DO JAGUARIBE,





no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais); .

Limoeiro do Norte-CE, 17 de Outubro de 2025

**Rogerson Reis de Freitas
ORDENADOR(A) DE DESPESAS**

